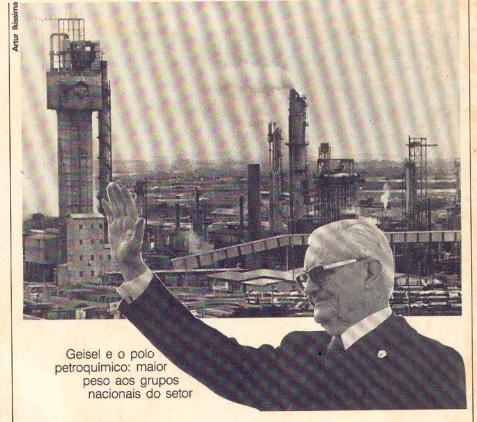
PETROQUÍMICA

Quinze meses depois, Geisel volta à ativa

Ele assume a direção da Norquisa e o Conselho da Copene

Ouinze meses e oito dias depois de ter passado a faixa de presidente da República ao general João Baptista Figueiredo, o general Ernesto Geisel volta à atividade. Geisel será o presidente da Nordeste Química S/A (Norquisa), holding que, formada pelas dezoito empresas privadas nacionais do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia, será constituída legalmente na próxima segunda-feira, no Rio. E esse não é o único cargo a ser ocupado pelo ex-presidente. Na quinta-feira, dia 26, em assembléia de acionistas marcada para Salvador, ele também será eleito para o lugar do marechal Ademar de Queiroz na presidência do Conselho Administrativo da Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene), empresa central do pólo de Camaçari, que congrega a própria Norquisa e a Petroquisa, uma subsidiária da Petrobrás.

Foi um casamento perfeito – e as articulações para a sua realização co-



meçaram a se esboçar no início do ano. Alguns empresários com investimentos em Camaçari imaginaram, nessa época, a criação da Norquisa tendo em vista dois objetivos: acumular recursos para fazer frente à expansão do setor e dar maior peso político ao conjunto dos grupos petroquímicos nacionais. O projeto da Dow Química ainda se constituía numa ameaça às empresas nacionais (leia o

quadro), e isto, por si só, as levava a se unirem.

Lugar ideal. Enquanto os empresários discutiam estas questões, Geisel confidenciava aos amigos que o visitavam em Teresópolis que estava cansado da aposentadoria. Lamentava não poder, por razões óbvias, ocupar um cargo no governo Figueiredo. Por outro lado Geisel, como ex-presidente da Petrobrás, tinha sua experiência na indústria do petróleo, e fora o pai espiritual de Camaçari. Por que não ele?

Há dois meses Geisel recebeu a proposta numa visita de Celso Rocha Miranda (Internacional de Seguros), Peri Igel e Paulo Cunha (Ultra), Norberto Oderbrecht (Oderbrecht), Angelo Calmon de Sá (Banco Econômico), Clemente Mariani (Grupo Mariani) e José Freitas Mascarenhas (ex-secretário da Indústria e do Comércio da Bahia e um dos responsáveis pela implantação de Camaçari). O ex-presidente pediu tempo para pensar no convite. Mas, na verdade, não havia muito o que pensar. Na Norquisa – que nasce com um capital autorizado de 1,8 bilhão de cruzeiros o ex-presidente não estará ligado a nenhuma empresa em particular. E muito menos a grupos estrangeiros, já que, na redação dos seus estatutos, houve o cuidado de afastar das decisões do Conselho Administrativo da holding os sócios estrangeiros das empresas que a compõem.

O veto do Planalto à Dow Química

Não foi na quarta-feira, 18, na sessão plenária da Comissão para Concessão de Beneficios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (Befiex), que o plano da Dow Química de construir um pólo petroquímico autônomo no país levou seu tiro de morte. Na realidade, as pretensões da empresa já tinham sido rejeitadas na segunda-feira, numa reunião entre o presidente João Baptista Figueiredo, o ministro-chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, e o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Octávio Medeiros. Durante as últimas semanas, o SNI saiu a campo levantando subsídios para balizar o julgamento do Planalto. Na segunda-feira o general Octávio Medeiros retirou da sua pasta as conclusões a que chegara o SNI e, por consenso, o projeto terminou sendo rejeitado. Portanto ele já chegou morto ao Befiex.

A primeira tentativa da Dow de implantar seu próprio pólo na Bahia ocorreu no início dos anos 70, e foi rejeitada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). Há dois anos a empresa voltou à carga - e desde aquela época os empresários petroquímicos nacionais criticavam o programa por considerá-lo um artificio que mais tarde levaria a Dow a controlar internamente vários ramos do setor. Em fevereiro o Befiex fez várias exigências à Dow, com o objetivo de reforçar a proteção às indústrias já instaladas. A resposta da empresa não foi considerada convincente e, assim, ficou sem seu projeto.

Aluizio Maranhão

ISTOÉ 25/6/1980